



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização Audiência Pública sobre a Concessão dos Serviços de Visitação e Conservação no Parque Nacional e na Floresta Nacional de Brasília.

Nos termos dos Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Colegiado desta Comissão, a realização de audiência pública sobre a Concessão dos Serviços de Visitação e Conservação no Parque Nacional e na Floresta Nacional de Brasília. Para a referida Audiência Pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

1. Mauro Pires - Presidente do ICMBio;
2. Felipe Fritz - Procurador da República;
3. Lúcia Mendes - Coordenadora do Fórum de Defesa das Águas;
4. Robson Eleutério - Historiador e Pesquisador do meio ambiente e da história do Planalto Central;
5. Pedro Ivo - Coordenador da FBONS e Representantes do Centro Oeste no CONAMA;
6. João Carlos Machado - Coordenador do Movimento Caminhos do Planalto Central;
7. Alba Evangelista Ramos - presidente do CBH Paranaíba-DF.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de concessão para a prestação dos serviços públicos de apoio à visitação e dos serviços turísticos no Parque Nacional de Brasília e na Floresta Nacional de Brasília tem por objetivo viabilizar o custeio de ações voltadas à conservação, proteção e gestão dessas importantes unidades de conservação federais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 14/05/2025 12:10:47 - CLP

REQ n.31/2025

Essa medida encontra respaldo no Aviso de Consulta Pública publicado no Diário Oficial da União em 2 de abril de 2025, Seção 3, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) conforme Processo SEI nº 02070.016362/2023-19.

No entanto, a proposta tem gerado legítimas preocupações por parte de diversos setores da sociedade civil, que ressaltam a necessidade de aprofundar o diálogo democrático antes de qualquer decisão. Entre essas manifestações, destaca-se um manifesto público subscrito por mais de 50 movimentos sociais, entidades representativas e organizações da sociedade civil, que solicitam a suspensão do processo de concessão e a abertura de espaços de escuta ativa e construção coletiva de soluções.

O documento é assinado, entre outros, pelo Fórum de Defesa das Águas, Frente Brasil Popular do Distrito Federal (FBONS), Sindágua, Frentes Parlamentares em Defesa da Serrinha do Paranoá e de Prevenção aos Extremos Climáticos, além do Movimento Caminhos do Planalto Central — evidenciando a amplitude e diversidade da mobilização social.

As preocupações levantadas dizem respeito a questões sensíveis, como:

- Os impactos ambientais da concessão, especialmente no que se refere à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos;
- A possível restrição do acesso público e gratuito às áreas de visitação, comprometendo o direito da população ao contato com a natureza;
- A ausência de garantias claras quanto à transparência, ao controle social e aos critérios de sustentabilidade que orientarão o processo.

Diante da relevância ambiental, social e estratégica do Parque Nacional de Brasília e da Floresta Nacional de Brasília para a região e para o país, torna-se indispensável assegurar um debate público amplo, democrático e qualificado, envolvendo todos os setores interessados, de forma a garantir que qualquer eventual



* C D 2 5 4 6 5 3 6 0 5 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

concessão respeite os princípios da gestão participativa, da justiça socioambiental e da proteção dos bens comuns.

A realização de uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados justifica-se assim, como um instrumento essencial para promover a transparência, fortalecer a democracia participativa e assegurar que decisões sobre a gestão dessas unidades sejam tomadas com o devido cuidado técnico, ambiental e social.

Dito isso, solicito o apoio dos (as) nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada **ERIKA KOKAY** – PT/DF

Apresentação: 14/05/2025 12:10:47.690 - CLP

REQ n.31/2025

